

O que sabemos sobre a população negra no Brasil?

SÍNTESE

O acesso da população negra aos direitos e políticas sociais no Brasil é profundamente marcado pelo racismo. As desigualdades raciais se expressam em diversas esferas e se refletem na qualidade de vida precária e na desproteção do Estado, como pode ser observado analisando indicadores de saúde, segurança pública, pobreza, violência e educação. Neste resumo, apresentamos um compilado de dados relevantes que ilustram essa realidade de privilégios e vulnerabilidades. Políticas públicas fundamentadas em dados sólidos e que incidam diretamente sobre as desigualdades são a principal ferramenta de reparação histórica capaz de avançar na efetivação de direitos e garantias para a população negra brasileira.

Os números nos ajudam a interpretar a realidade, visualizar a dimensão e entender as expressões do problema. Políticas elaboradas a partir de um falso cenário de igualdade social e racial perdem seu potencial transformador e se convertem em mais um instrumento de perpetuação de violações de direitos e desigualdades. Dividida em quatro seções - saúde; mercado

de trabalho; segurança pública; educação; renda e pobreza - essa sistematização tem como objetivo funcionar como um diagnóstico conciso da qualidade de vida da população negra brasileira para subsidiar iniciativas rumo à equidade racial no país.

Os indicadores de saúde apontam para uma maior prevalência de doenças e óbitos evitáveis entre a população negra, além de um acesso desigual à saúde em geral. No que se refere ao mercado de trabalho, os dados reiteram a já conhecida disparidade salarial racializada e indicam maior dificuldade de ascensão profissional, acesso e permanência no mercado de trabalho formal. A articulação de desigualdades raciais e de gênero continua posicionando mulheres negras na base da pirâmide em termos de direitos trabalhistas: são maioria nos trabalhos informais, mal remunerados, domésticos e sem prestígio social. Os indicadores de segurança pública, por sua vez, indicam que as pessoas negras são maioria entre vítimas de mortes violentas e que mulheres negras estão mais vulneráveis à violência de gêne-

ro. Enquanto o feminicídio cai entre mulheres brancas, a curva é ascendente quando as vítimas são negras.

Em relação aos dados educacionais, tivemos avanços importantes, principalmente no ensino fundamental. Porém, estamos longe de alcançar equidade racial no acesso à educação e as disparidades se alargam rumo ao ensino médio, quando estudantes negros são maioria entre os que não frequentam a escola, além de apresentarem maior defasagem

idade-série e menor desempenho acadêmico. Por fim, os dados de renda e pobreza indicam uma persistente defasagem de renda média entre pessoas negras em comparação à população branca e maior prevalência entre aqueles vivendo em extrema pobreza. Mais uma vez, a intersecção entre racismo e desigualdade de gênero coloca as mulheres negras como protagonistas dos piores indicadores sociais: mais da metade das famílias brasileiras chefiadas por elas vivem abaixo da linha da pobreza.

ONDE ESTÁ O PROBLEMA E QUAL A SUA DIMENSÃO?

Saúde

A composição racial do Brasil, com 55% da população nacional formada por pessoas pretas e pardas, implica a impossibilidade de tematizar assertivamente a saúde pública sem abordar a saúde da população negra. **O racismo impõe condições distintas e desiguais de acesso à saúde para os grupos racializados.** Desde a abolição inconclusa da escravidão em 1888, a população negra brasileira vive em condições de

segregação e marginalização da vida social. Este cenário está refletido nos indicadores de saúde da população negra, que deve ser compreendida para além do marco puramente bioquímico, mas sim **profundamente condicionada por determinantes sociais**, compreendendo, portanto, um estado de bem-estar físico, mental e social, como assim define a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Considerando os aspectos biológicos, as doenças mais prevalentes na população negra são: anemia falciforme, diabetes mellitus - tipo II, hipertensão arterial e deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase. Em seguimento aos avanços construídos no âmbito da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul em 2001, o documento **“Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade”**, elaborado por um conjunto de especialistas reunidos pelas Nações Unidas no Brasil neste mesmo ano, propõe uma classificação detalhada de “doenças, agravos e condições mais frequentes na população negra”, a saber:

(a) Geneticamente determinadas – anemia falciforme e deficiência de glicose 6-fosfato desidrogenase; hipertensão arterial e diabete melito. [...]

(b) Adquiridas (derivadas de condições socioeconômicas desfavoráveis) – desnutrição, mortes violentas, mortalidade infantil elevada, abortos sépticos, anemia ferropriva, DST/AIDS, doenças do trabalho, transtornos mentais resultantes da exposição ao racismo e ainda transtornos derivados do abuso de substâncias psicoativas, como o alcoolismo e a toxicomania. [...]

(c) De evolução agravada ou de tratamento dificultado – hipertensão arterial, diabetes mellitus, coronariopatias, insuficiência renal crônica, câncer e mioma. [...]

(d) Condições fisiológicas alteradas por condições socioeconômicas – crescimento, gravidez, parto e envelhecimento.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi publicada em 2009 e até hoje é parcamente implementada nos municípios brasileiros. Em 2017, foi publicada a Portaria nº 344/2017 que dispõe sobre a obrigatoriedade de preenchimento do quesito raça/cor nas fichas do SUS. Como identificar a população negra nos serviços de saúde se o dado é pouco ou mal preenchido? Dados racializados nos bancos do SUS são insuficientes, mas ilustram as faces do racismo e desigualdades enfrentadas pela população negra. São eles:

- **65% dos óbitos maternos em 2018 foram de mulheres negras**
- **32% das gestantes negras tiveram menos de 6 consultas de pré-natal, mas para as brancas o percentual se reduz quase pela metade, 18%**
- **A população mais afetada pela sífilis é a das mulheres negras e jovens, na faixa etária de 20 a 29 anos**

- **Entre 2011 e 2020, a população negra apresentou a maior prevalência de casos de tuberculose, variando de 60% a 67% dos casos**

Dando continuidade aos indicadores de saúde da população negra, o Vigitel, que integra o sistema de Vigilância de Fatores de Risco para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) do Ministério da Saúde, implantado em 2006, só passou a disponibilizar informações da pesquisa com raça/cor a partir do ano de 2011. Já no ano de 2018, foi publicada uma edição com olhar específico para a população negra, devido à parceria do Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social, extinta posteriormente. Sobre os resultados, destacamos os seguintes dados:

- 56,5% da população negra tem excesso de peso
- 24,9% dos negros avaliados referem diagnóstico médico de hipertensão e 82,5% dos negros hipertensos referiram tratamento medicamentoso para a doença
- 7,6% dos negros avaliados referem diagnóstico médico de diabetes; 88,4% dos negros com diabetes referem tratamento medicamentoso para a doença

Já na Pesquisa Nacional de Saúde publicada em 2019, al-

guns achados chamam atenção:

- 7% dos pretos e 7% dos pardos entrevistados avaliaram a própria saúde como ruim ou muito ruim, comparados a 5% da população branca.
- A proporção de pessoas que obtiveram todos os medicamentos receitados no último atendimento foi maior entre pessoas brancas, de 87%.
- Entre as pretas, a proporção foi 81%.
- 76% das pessoas que ficaram internadas em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) por 24 horas ou mais eram pretas.

Embora o Sistema Único de Saúde tenha como princípios a universalidade, equidade e integralidade, a transposição das barreiras impostas pelo racismo ainda é um desafio. Um sistema equânime é aquele que oferta o cuidado reconhecendo as **diferenças nas condições de vida e saúde e de acordo com as necessidades das pessoas**. No entanto, a precarização orçamentária do SUS, a persistência de ideologias e práticas racistas na atuação dos profissionais de cuidado e as expressões das desigualdades raciais em outras esferas da vida contribuem para um **acesso precário da população negra aos serviços de saúde, embora seja o grupo populacional majoritário dentre os usuários do SUS**.

Mercado de Trabalho

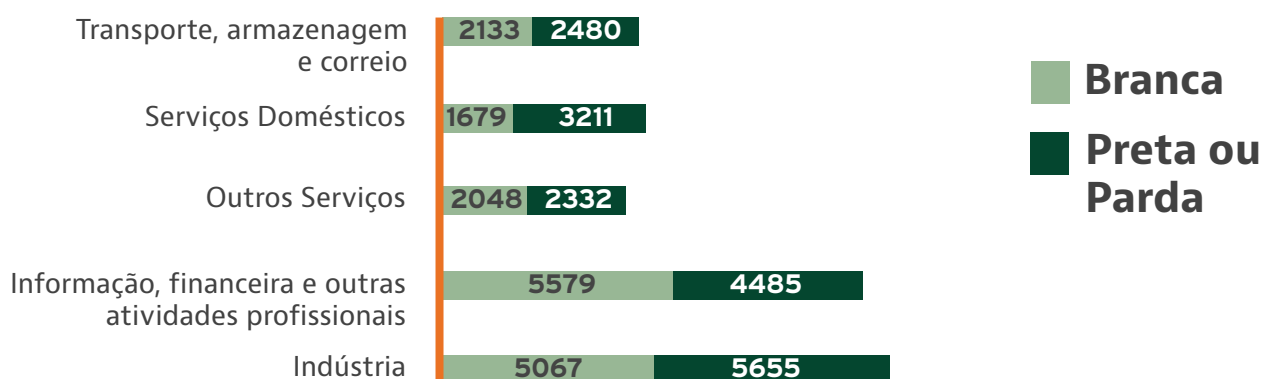
Entre as diversas faces da desigualdade racial, há evidências importantes sobre seus reflexos no mercado de trabalho. No levantamento “As Faces do Racismo”, realizado em junho de 2020 pela Locomotiva junto com a Central Única de Favelas, 46% dos brasileiros afirmaram existir pouca ou nenhuma diversidade de cor/raça na empresa em que trabalham. Além disso, 66% declararam que têm chefes brancos e **76% dos brasileiros negros dizem conhecer alguém que já tenha sofrido preconceito, discriminação ou alguma humilhação no trabalho** por causa de sua cor ou raça. Além disso, como ilustrado no gráfico 1, **a população negra está ocupada em atividades tradicionalmente com menor remuneração**: serviços domésticos, agropecuária e construção são as que possuem, proporcionalmente, mais

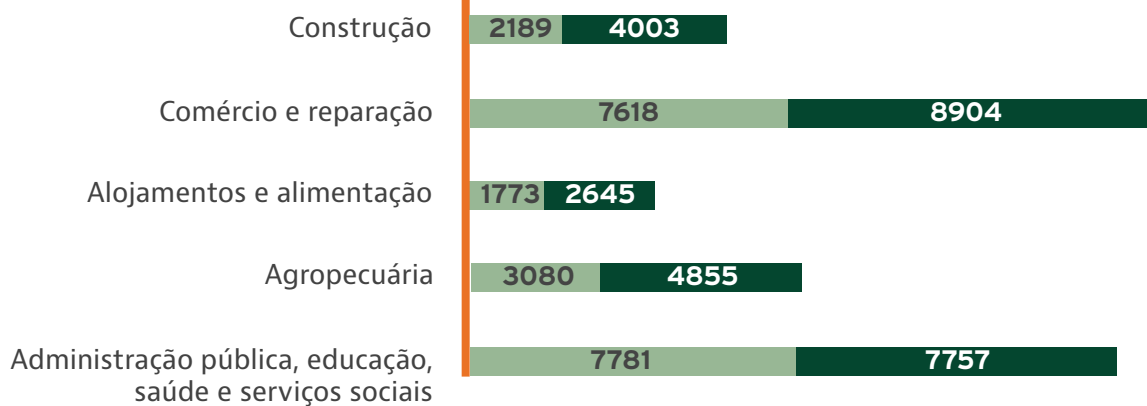
pessoas de cor/raça preta ou parda.

Em especial, **as mulheres negras têm sido o maior grupo demográfico na economia informal** e em ocupações de baixa remuneração, além de assumirem a responsabilidade pelo trabalho doméstico: **18,2% de todas as mulheres negras ocupadas são trabalhadoras domésticas e de todas as trabalhadoras domésticas remuneradas no Brasil, 63% são negras**¹.

É importante ressaltar que os cenários de posicionamento no mercado de trabalho se relacionam com o fato de que os padrões de segregação ocupacional no Brasil são marcados por divisões raciais no acesso à educação e na qualidade da escolaridade recebida durante a vida².

Gráfico 1: População Ocupada por cor ou raça, segundo os grupos de atividade - Brasil 2020





Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020. Elaboração própria.

Para examinar mais profundamente a desigualdade racial no mercado de trabalho, os pesquisadores do IBGE adotaram também o recorte por número de horas trabalhadas e nível de instrução. Em 2020, a população ocupada de cor ou raça branca recebia rendimento-hora superior à população de cor ou raça preta ou parda qualquer que fosse o nível de instrução, sendo a maior diferença no nível superior completo: R\$33,80 contra R\$23,40, ou seja, 44,2% acima. Em média, a diferença foi de 69,5% em favor da população branca.

O valor dos rendimentos do trabalho é fundamental para entender a qualidade das ocupações no mercado de trabalho e também as desigualdades de rendimentos no país. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais produzida pelo IBGE, em 2020

a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 73,3% a mais do que a de cor ou raça preta ou parda. Essas tendências foram verificadas em todos os levantamentos realizados pelo IBGE entre 2012 e 2020, indicando uma desigualdade estrutural persistente. Houve redução da segregação ocupacional ao longo das últimas décadas no Brasil, mas ainda observa-se a manutenção da discriminação sexual e racial no mercado de trabalho como elemento de diferenciação salarial³.

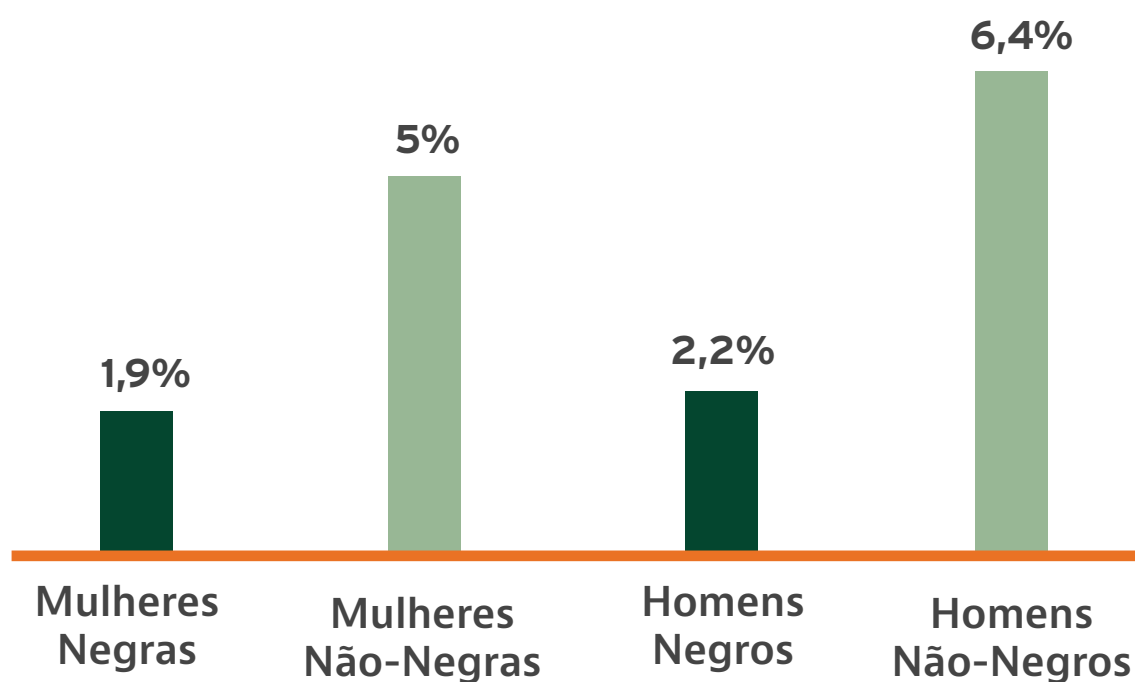
Também de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, em 2020 observa-se que a população negra continua em maior situação de vulnerabilidade econômica, apresentando menor taxa de formalização e maior taxa de desocupação, como se vê na tabela a seguir (tabela 1):

Tabela 1

População	Taxa de Participação	Taxa de formalização	Taxa de informalidade	Taxa de desocupação
Branca	60.8	68.2	31.8	11.1
Negra	57.8	55.3	44.7	15.9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.
Elaboração própria.

Gráfico 2: Ocupados/as em cargos de direção



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.
Elaboração própria.

As disparidades estruturais também podem ser observadas na desagregação de cor/raça de pessoas ocupadas em cargos de direção. Os dados da PNAD 2020 mostram que **mulheres e homens negros possuem a menor representação em cargos de maior nível hierárquico**, isto é, as posições responsáveis pelas tomadas de decisão. Segundo levantamento da plataforma de busca de empregos Vagas.com, que possui uma base de dados de mais de 15 milhões de pessoas cadastradas e utiliza uma ferramenta de auto-declaração racial, os negros representam 8,9% dos cargos de nível pleno ante 13% dos brancos e 12% dos amarelos. Os negros só são maioria frente às demais raças em posições operacionais (47,6%) e técnicas (11,4%), mesmo que 47,8% dos profissionais negros e negras cadastrados na plataforma possuam formação superior. Esses dados demonstram que existem profissionais qualificados, mas que eles não estão ascendendo para cargos de maior hierarquia ou qualificação em suas carreiras na mesma proporção que os profissionais brancos.

No cenário de pandemia, é sabido que a posição no mercado de trabalho está diretamente relacionada à possibilidade de aderir ao trabalho

remoto. **A desproteção frente à pandemia é um dos efeitos da segregação ocupacional racializada** e das desigualdades raciais no nível de escolaridade. Assim, pessoas brancas e com ensino superior apresentaram as maiores prevalências de trabalho remoto em 2020. De acordo com dados da PNAD COVID19 – em abril de 2020, 21,6% das mulheres brancas que tinham ocupação estavam trabalhando remotamente, em contraste com 12,93% das mulheres negras e 6,34% dos homens negros.

O **racismo estrutural continua segregando a população negra do mercado de trabalho** no Brasil. Além de remuneração mais baixa, sobre-representação em cargos com baixo prestígio social, sub-representação em cargos de decisão e liderança e acesso desigual às oportunidades de ascensão profissional, homens e mulheres negros também são maioria no mercado de trabalho informal, sem acesso a direitos trabalhistas e mais expostos à precariedade de vínculos instáveis. Os dados revelam a urgência da necessidade de políticas públicas que garantam **acesso e permanência digna no mercado de trabalho formal** para pessoas negras como **instrumento essencial para assegurar cidadania**.

Segurança

É propriamente na segurança pública que encontramos os dados mais emblemáticos da **brutalidade do abismo racial entre brancos e negros** no Brasil, revelando as faces mais violentas e letais do racismo brasileiro.

Dados do DataSUS coletados via Declaração de Óbito entre 01/01/2021 e 12/05/2021, e registrados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) indicaram 636.718 óbitos no Brasil neste período, dos quais 44% foram de pessoas negras e 10.785

ocorreram por homicídio. Deste último total, 8.317 (77%) das vítimas foram negras, revelando que **peças negras são maioria entre vítimas de mortes violentas**, em contraposição às mortes não-violentas. Os dados de circunstância de óbito indicam um fim trágico de um longo processo de precarização da vida na qual **a política de segurança pública urbana funciona a partir de uma lógica de morte que tem a juventude negra como alvo principal**.

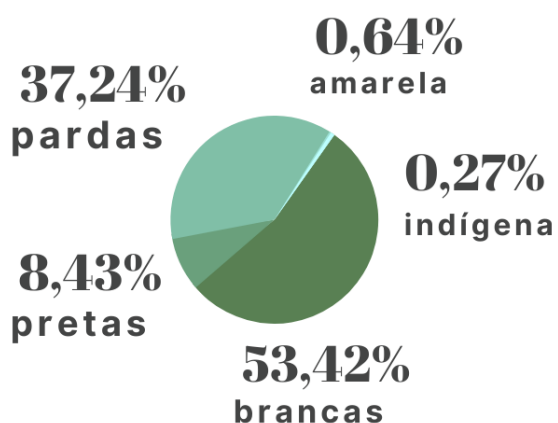
Tabela 2: Óbitos por cor/raça e circunstância

Circunstância	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
Acidente	0,42%	43,59	0,39%	49,68%	5,92%
Homicídio	0,13%	21,01%	0,35%	69,97%	8,53%
Não informado	0,66%	54,3%	0,26%	36,27%	8,51%
Outros	0,4%	40,06%	0,4%	50,88%	8,25%
Suicídio	0,4%	49,91%	1,33%	43,71%	4,64%
Total	0,64	53,42%	0,27%	37,24%	8,43%

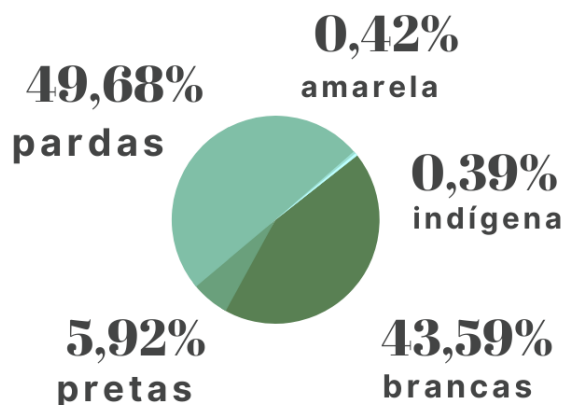
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020.
Elaboração própria.

Gráfico 3: Distribuição de óbitos por raça/cor e circunstância do óbito

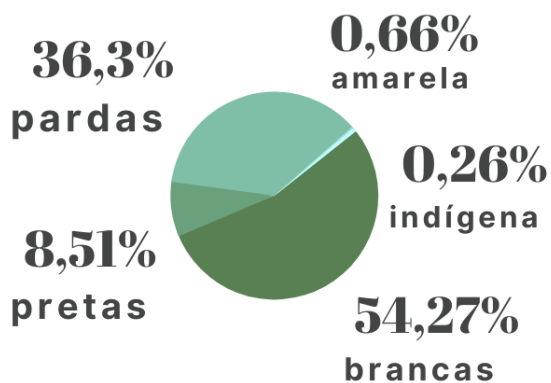
Todos os óbitos



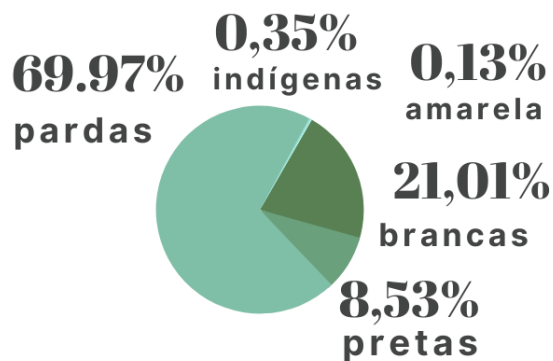
Acidentes



Outros e não informados



Homicídios



Suicídio

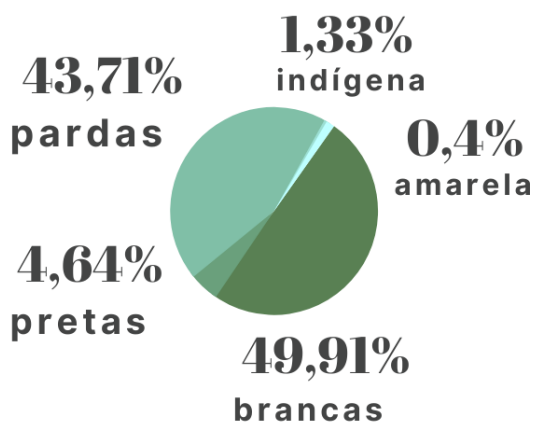
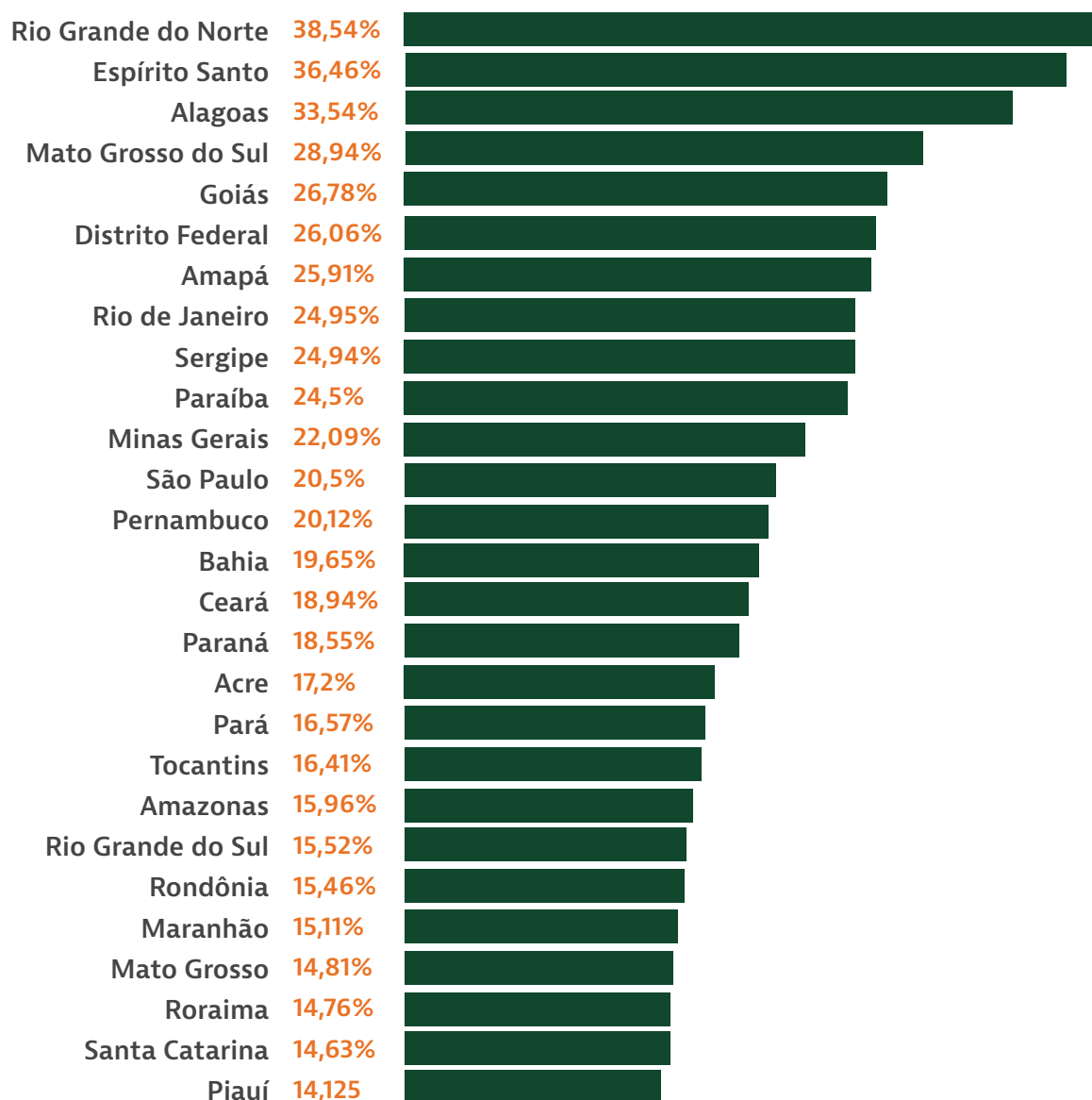


Gráfico 4 - Diferença entre a incidência da população negra em óbitos por homicídios e todos os óbitos por estado



Os dados de mortalidade ainda indicam o **cruzamento das desigualdades de raça e gênero** que produzem uma vulnerabilidade particular de mulheres negras. Ainda com base nos dados do SIM, é possível afirmar que os esforços da sociedade civil e as políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica não têm conseguido frear o aumento de feminicídios con-

tra mulheres negras. Embora a indicação de cor nas declarações de óbitos antes de 2000 fosse escassa, a partir de 2005 a **incidência de óbitos por agressão de mulheres negras se torna crescente e equivalente a mais da metade dos casos, enquanto decresce o número de óbitos de mulheres não-negras pelas mesmas circunstâncias.**

Gráfico 5 - Série histórica de óbitos de mulheres por agressão

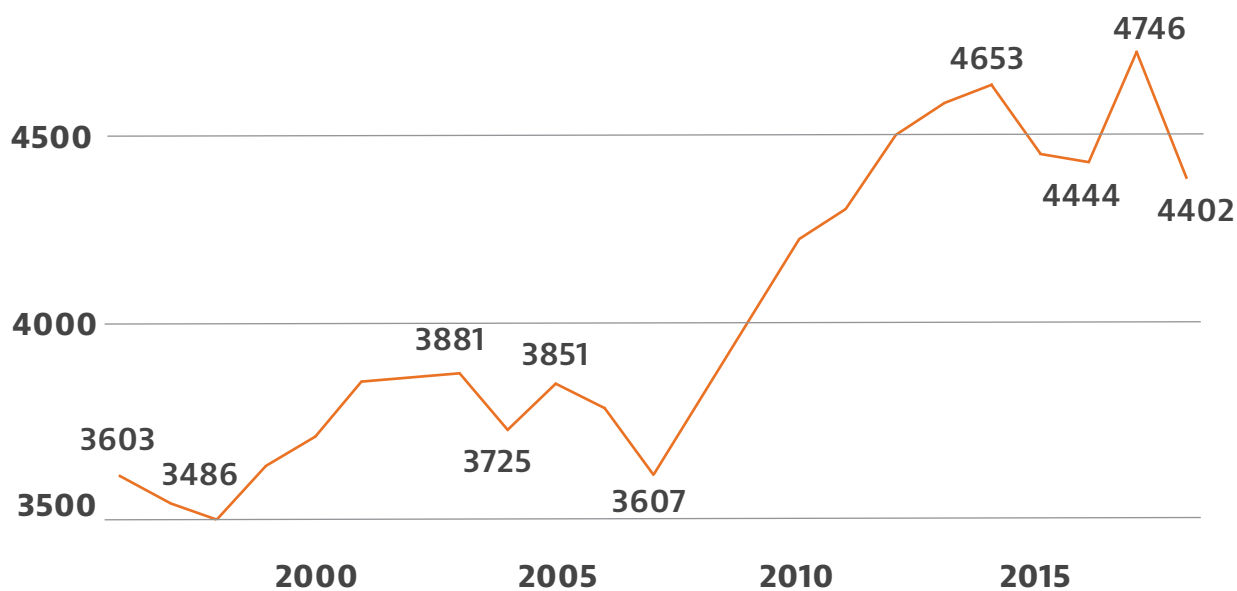
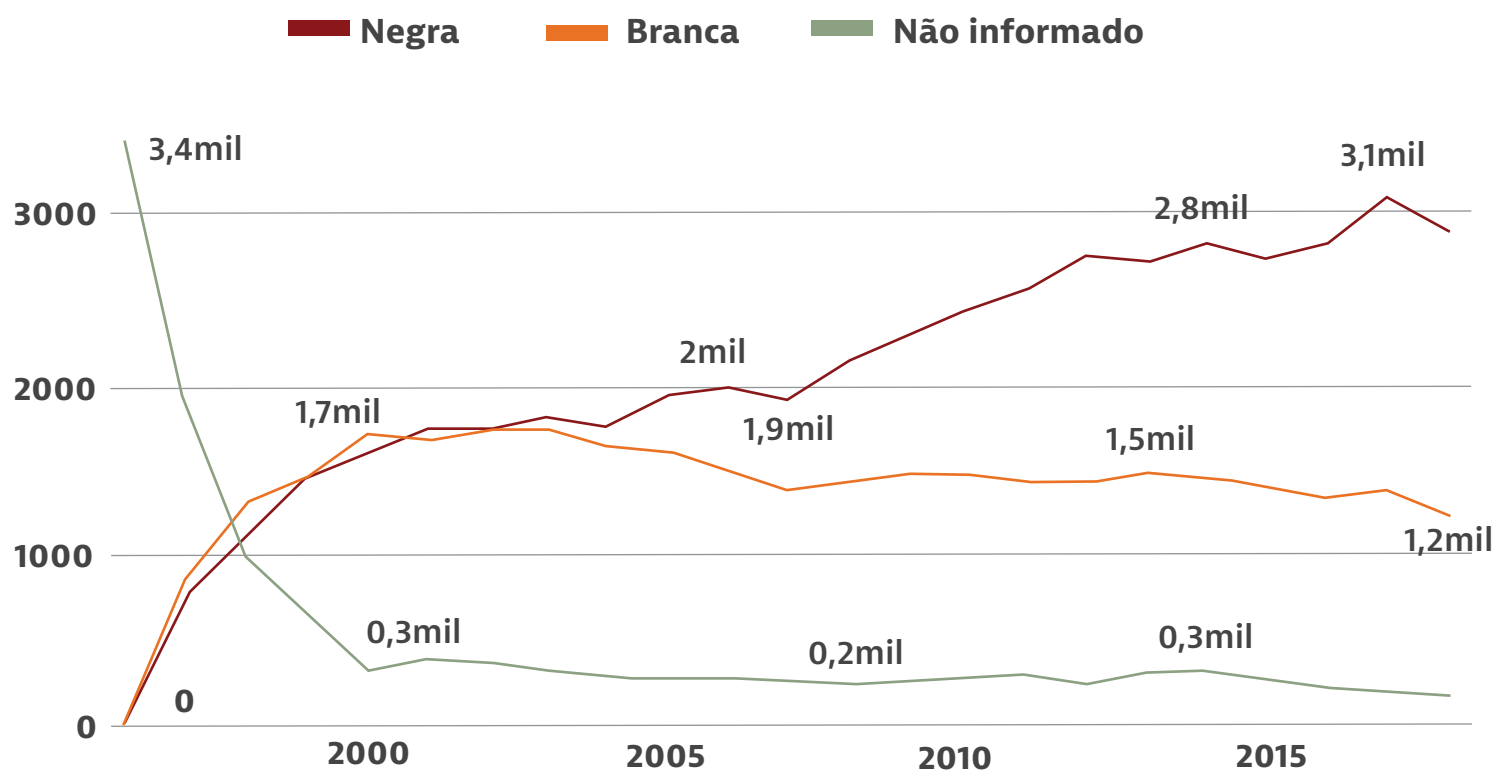


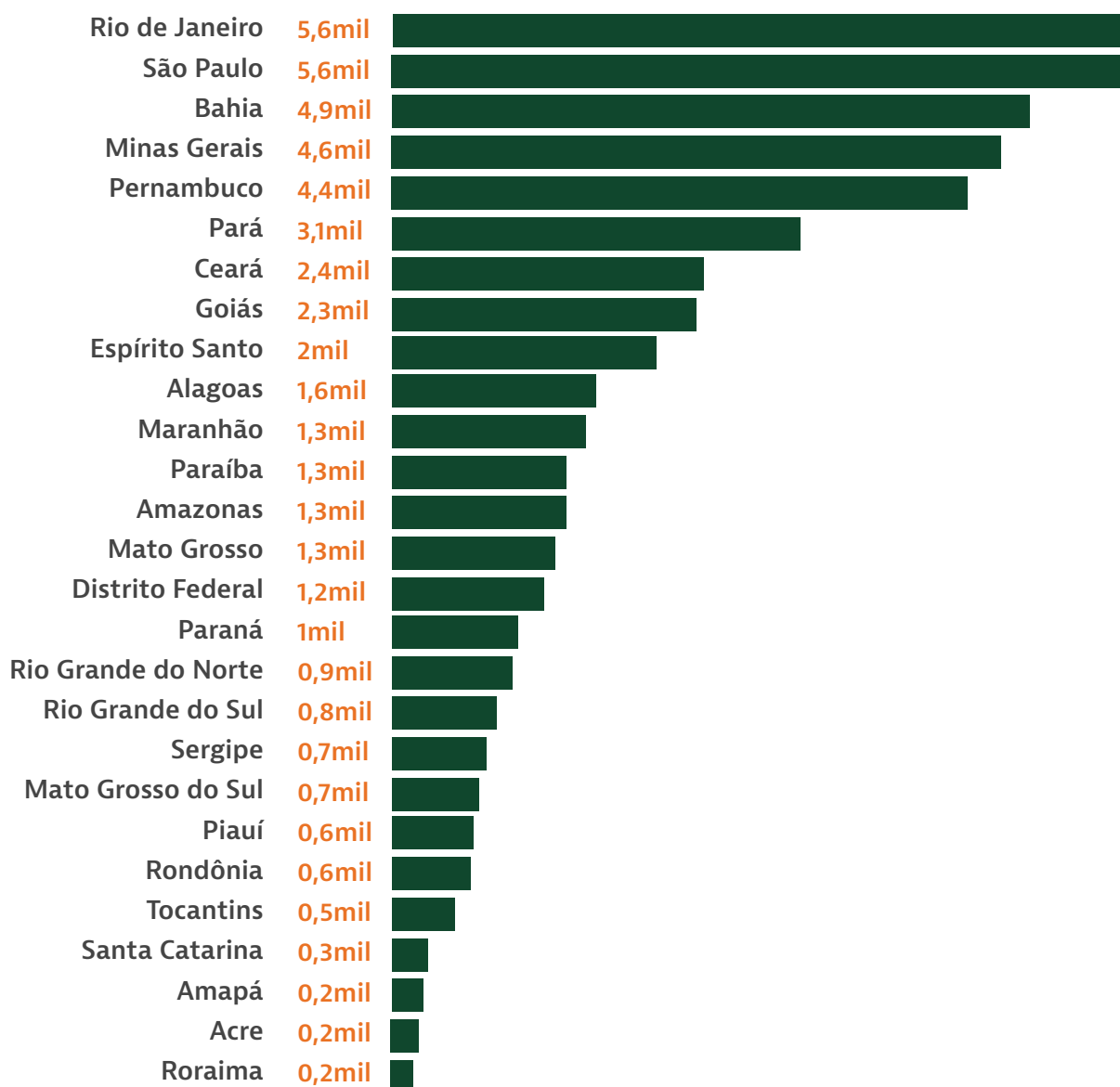
Gráfico 6 - Série histórica de óbitos por agressão, por cor



Apenas em 2018, que corresponde ao dado mais atual do levantamento, foram 4.402 mulheres mortas por agressões. Deste total, **2.932 (67%) foram de mu-**

lheres negras. Em termos absolutos, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia são os estados com maior número de óbitos por agressão de mulheres negras.

Gráfico 7 - Número de óbitos de mulheres por agressão por estado



A maior incidência de mulheres negras entre as vítimas de feminicídio e a ascendência dos casos em contraposição à redução dos casos contra mulheres brancas revela que a efetivação de políticas públicas de enfrentamento

à violência contra mulheres é atravessada pelo racismo genderizado e que as mulheres negras em situações de violência não têm o mesmo **acesso aos recursos de proteção social do Estado.**

Educação

Raça é um fator decisivo para determinar o acesso a uma série de direitos sociais no Brasil. Analisar as desigualdades raciais a partir da perspectiva educacional nos mostra que **crianças pretas e pardas têm menores oportunidades de acessar espaços escolares**, desde creche e pré-escola até o final da educação básica. Além disso, mesmo quando o acesso é garantido, a **qualidade da educação recebida também varia de acordo com a raça**. Como resultados, essa desigualdade no aprendizado impõe restrições à continuidade dos estudos e **restringe acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho no futuro**, contribuindo para perpetuar a pobreza transgeracional que atinge a população negra no Brasil.

O cenário, contudo, não é de todo negativo. **É importante apontar avanços,**

frutos de políticas educacionais construídas ao longo das últimas duas décadas, e que permitiram ampliar o acesso ao sistema educacional de crianças e jovens mais vulneráveis, em especial, negros. **Esses avanços são identificados em todas as etapas escolares**: educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Contudo, mais de três séculos de exclusão dos sistemas educacionais, seja direta – por meio de legislações específicas que impediam o acesso de escravizados e libertos dos bancos escolares⁴, seja indiretamente – pela ausência de espaços escolares acessíveis à população negra e periférica, demonstram um longo caminho na busca pela equidade racial em educação⁵.

• Educação Infantil

Muitos ainda são os desafios na análise da educação infantil, período que compreende a educação de crianças com idade entre 0 e 5 anos. Dados da PNAD para o ano de 2019, mostram que **2/3 das crianças pardas não estavam matriculadas em creches** (Tabela 3). A distância entre os dados de acesso à creche, nos três grupos raciais e a universalização, pode ser explicada pelo fato de que a frequência escolar é obrigatória apenas a partir dos 4 anos (Lei 12.796), sendo uma decisão das famílias matricular ou não crianças de 0 a 3 anos na creche. Contudo, ainda que não haja obrigatoriedade prevista em lei, **a universalização do atendimento escolar em creches é essencial, sobretudo em famílias mais vulneráveis e, em geral, chefiadas por mulheres negras**⁶. Para essas famílias, a ampliação desses

equipamentos públicos é o que permite entrar e permanecer, de forma qualificada, no mercado de trabalho, sem a dependência do cuidado realizado por crianças menores ou outras mulheres e, que compensem as desigualdades preexistentes.

A tabela mostra ainda os avanços na taxa bruta de matrícula entre crianças brancas, pretas e pardas em quase duas décadas. Entre 2001 e 2019, houveram avanços de quase 28 pontos percentuais, puxados pelo crescimento contínuo na cobertura da população entre 4 e 5 anos, fruto da legislação mencionada acima. As variações entre grupos são analisadas comparativamente entre brancos (grupo privilegiado) e pardos (grupo de maior representatividade na população negra). Cabe notar que a diferença entre esses grupos extremos aumentou 5,3 pontos percentuais quando analisamos crianças de 0 a 3 anos e apresentou uma redução de 4,2 pontos percentuais nas matrículas na pré-escola, ou seja, entre crianças de 4-5 anos. Tais movimentos destacam o desafio importante rumo à equalização de oportunidades no acesso às creches entre crianças mais novas.

Tabela 3: Taxas de frequência bruta (em %) a estabelecimentos de ensino da população residente, por grupos etários e cor/raça, 2001 e 2019.

Categorias	Grupos	2001	2019	Variação em p.p.	Diferença entre grupos brancos e pardos		
					Início do período, em p.p.	Final do período, em p.p.	Variação da diferença entre grupos, em p.p.
0-3 anos	Brasil	15,3	37	21,7	2,2	7,5	5,3
	Pretos	15,3	40,3	25			
	Pardos	12,5	33,2	20,7			
	Brancos	14,7	40,7	26			
4-5 anos	Brasil	66,4	94,1	27,7	5,7	1,5	-4,2
	Pretos	63,2	93,7	30,5			
	Pardos	64,2	93,3	29,1			
	Brancos	68,9	95,2	26,3			

Nota: Dados referentes às zonas rurais e urbanas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados tabulados pelo Todos pela Educação referentes às Pnad/IBGE (2001-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016-2019).

Definir o que é qualidade na educação infantil não é tarefa simples. Em estudo recente publicado pelo Núcleo Ciência pela Primeira Infância (NCPI) tratando da temática racial e sua relação com o desenvolvimento na primeira infância⁷, os autores apontam **oito dimensões de desenvolvimento infantil impactadas pelo racismo**. São elas: autopercepção, autoconfiança, saúde física e mental, oportunidades de aprendizado, socialização de saberes, acesso à direitos, construção da identidade e relações familiares. Tais dimensões individual ou coletivamente afetadas por relações cotidianas dentro do próprio ambiente escolar, mas não apenas, contribuem para uma segregação entre as populações diretamente afetadas, mostrando que as práticas pedagógicas e sociais estão longe de uma infância desracializada. Daí a importância de **educadores preparados e materiais adequados** nas relações étnico-raciais como forma de garantir além do acesso, a qualidade na educação infantil.

• **Ensino Fundamental**

Na última década, **a taxa de frequência bruta para a população entre 6 a 14 anos, considerando o quesito cor/raça, aproximou-se da universalização**: 98% entre brancos e pardos e 97,1% entre pretos (Tabela 4), com uma leve redução, de menos que 1 ponto percentual no hiato entre brancos e pretos/pardos. O sucesso na universalização nos anos iniciais do ensino fundamental é tradicionalmente maior do que nos anos finais e isso é verdade para quase todas as unidades da federação e para todas as desagregações, por nível socioeconômico e cor/raça.

Para além da universalização no acesso, a Meta 2 do PNE trata também de garantir a conclusão de cada etapa escolar na idade recomendada e é nesse momento que as desigualdades se acentuam. Dados de 2020 mostram que **a porcentagem de jovens pretos que concluíram o ensino fundamental é cerca de 10 pontos percentuais inferior à proporção de concluintes entre jovens brancos**, respectivamente 87,3% e 77,5%⁸. A conclusão desta etapa deverá se mostrar ainda mais desafiadora com a longevidade da pandemia e do atraso no retorno às aulas presenciais.

Tabela 4: Taxas de frequência bruta (em %) a estabelecimentos de ensino da população residente, por grupos etário e cor/raça, 2012 e 2020.

Categorias	Grupos	2012	2020	Variação em p.p.	Diferença entre grupos brancos e pretos		
					Início do período, em p.p.	Final do período, em p.p.	Variação da diferença entre grupos, em p.p.
6-14 anos	Brasil	96,7	98	1,3	0,8	0	-0,8
	Pretos	95,6	97,1	1,5			
	Pardos	96,4	98	1,6			
	Branco	97,2	98	0,8			

Nota: Dados referentes às zonas rurais e urbanas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados tabulados pelo Todos pela Educação referentes às Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016-2020).

Apesar dos avanços na universalização no ensino fundamental, os maiores desafios se encontram na qualidade do aprendizado. A Meta 7, do PNE, pressupõe garantir que todos os estudantes estejam aprendendo o que é adequado para sua etapa escolar. As análises de qualidade, baseadas em testes padronizados nacionais, são realizadas bianualmente a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Os resultados da prova são sintetizados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado a partir dos dados de aprovação escolar e das médias de desempenho no SAEB para 5º e 9º do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio.

A Tabela 5 mostra a dinâmica temporal da média de proficiências em Matemática para alunos do 5º e 9º anos. O gráfico mostra uma melhora geral nos níveis de aprendizagem para todos os grupos, segundo autodeclaração da cor, ao longo de quase uma década. A melhora é desigual entre as etapas escolares e entre os grupos raciais. Analisando apenas dados para os anos iniciais, **alunos pretos tinham, em média,**

desempenho três vezes pior em relação aos alunos brancos e uma evolução na proficiência comparativamente menor a brancos e pardos. Do ponto de vista social, o fator mais preocupante é que as diferenças não têm diminuído ao longo do tempo, ao contrário, vem aumentando, seja entre brancos e pretos e brancos e pardos. Nos anos finais, as desigualdades se mantêm, ainda que a evolução seja comparativamente menor, em todos os grupos e para todo o período.

Tabela 5: Média das proficiências em Matemática na Prova Brasil por ano de realização da prova e cor/raça, 2005-2013

Ano Escolar	Ano	Branco	Pardo	Preto	Diferença (preto-branco)	Diferença (pardo-branco)
5º ano	2005	187,5	181,3	168,7	-18,8	-6,2
	2007	197,2	192,1	179,5	-17,7	-5,1
	2009	208,9	203,1	189,4	-19,5	-5,8
	2011	215,8	106,8	194,2	-21,6	-9
	2013	218,5	211	195,5	-23	-7,5
9º ano	2005	246,8	237,4	231,2	-15,6	-9,4
	2007	248,9	236,9	231,4	-17,5	-12
	2009	250,2	237,6	232,6	-17,6	-12,6
	2011	255,1	242,5	236,6	-18,5	-12,6
	2013	253,4	242,6	235,5	-17,9	-10,8

Fonte: Alves, Maria Teresa Gonzaga, Soares, José Francisco; Xavier, Flavia Pereira. "Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais." Revista Brasileira de Sociologia 4.7 (2016): 49-82.

Dados mais recentes, correspondentes ao período anterior à da pandemia da Covid-19, mostram como o racismo persiste a partir da proporção de alunos com aprendizagem adequada. **Em 2019, no 5º ano do ensino fundamental, apenas 3 em cada**

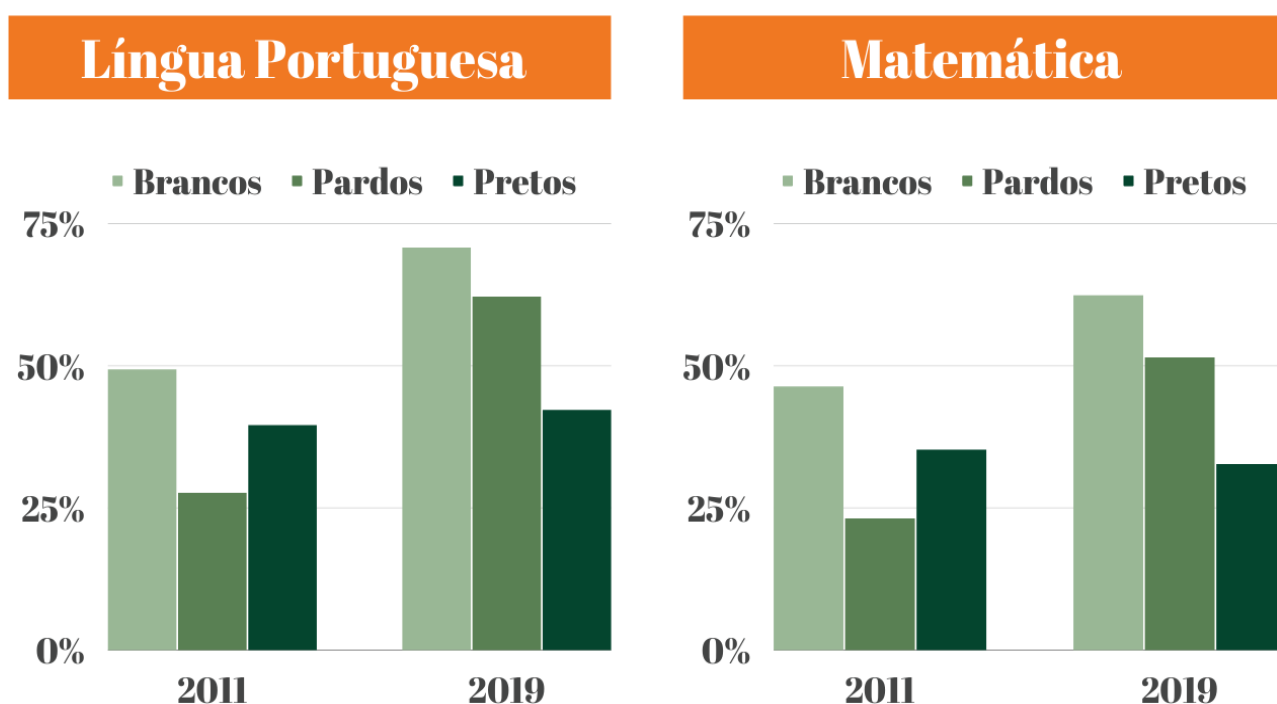
10 alunos pretos atingiram o nível esperado de aprendizado em Matemática; entre pardos, essa proporção é de 5 em cada 10 alunos (Gráfico 8). A diferença entre brancos e pretos em relação à proporção de alunos com aprendizado adequado quase triplicou em Língua Portuguesa e Matemática, entre 2011 e 2019. No 9º ano, destacam-se, positivamente, a melhora no nível de aprendizado para alunos pardos: a proporção mais que dobra, tanto em Matemática, quanto em Língua Portuguesa. Ao mesmo tempo, entre brancos e pretos, as desigualdades não apenas se mantêm, como aumentaram, 10 pontos percentuais em Língua Portuguesa e 9 pontos percentuais em Matemática. **Como lidar com uma lógica de melho-**

ria dos indicadores educacionais, mas aumento das desigualdades?

Ao que parece, boa parte da tímida melhora observada nos anos finais, em especial em Matemática, é resultante da melhora nos anos iniciais e na progressão das coortes⁹. Por exemplo, entre 2005 e 2013, os ganhos de proficiência nos três grupos raciais variaram entre 27 pontos para pretos a 31 pontos para brancos (Tabela 5). Comparativamente, no mesmo período, os ganhos nos anos finais do ensino fundamental atingiram apenas 4 pontos entre estudantes pretos, 5 entre pardos e 6,6 pontos para alunos brancos, o que mostra como essa evolução é mais acentuada nos anos iniciais que nos anos finais.

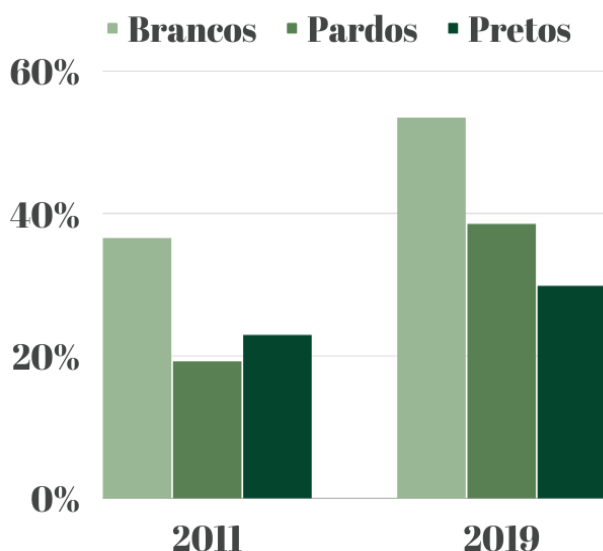
Gráfico 8: Proporção de alunos por etapa escolar com nível de aprendizado adequado, por disciplina e cor/raça, 2011 e 2019

5º ano do Ensino Fundamental

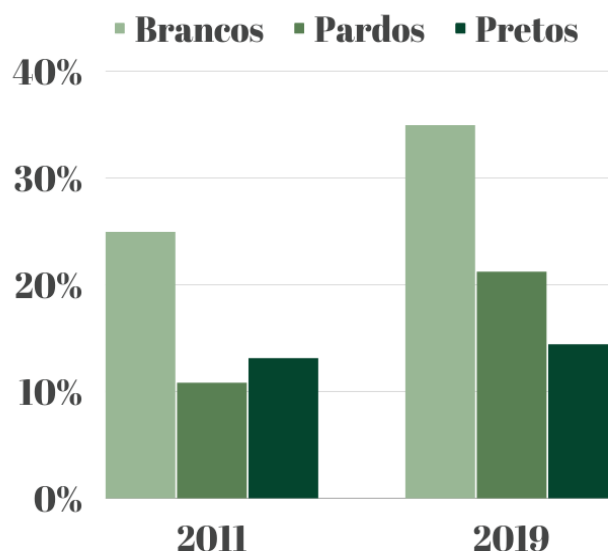


9º ano do Ensino Fundamental

Língua Portuguesa



Matemática



Fonte: Todos pela Educação. (2021). Aprendizagem na Educação Básica. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/09/re-latorio-de-aprendizagem.pdf?utm_source=site

Um dos principais desafios nos anos finais do ensino fundamental são as altas taxas de abandono. Dados da PNAD Contínua para 2019, mostravam que o percentual de jovens pretos e pardos que abandonaram a escola, ainda no ensino fundamental, foi de 7,7%. O marco do abandono precoce normalmente se dá aos 15 anos, quando em geral se entra no ensino médio e os números quase dobram, atingido 13,9% dos jovens negros (14,6% entre jovens brancos). As principais causas do abandono escolar declaradas por aqueles com

nível de instrução inferior ao ensino médio completo são similares entre brancos e negros, respectivamente: necessidade de entrar no mercado de trabalho (40,0% versus 38,7%) e desinteresse nos estudos (29,9% versus 29,1%). Esses dois principais motivos somados alcançam cerca de 70% dessa população. Vale destacar que, **entre jovens negros, a gravidez precoce se destaca como o terceiro principal motivo para o abandono escolar, 10,5%**¹⁰. Os anos finais do ensino fundamental ainda apresentam baixos indicadores de apren-

dizagem e trajetórias bastante irregulares dos alunos, que se reforçam ao incluirmos marcadores raciais. Para além de pensarmos políticas públicas específicas para essa etapa e esse público, é necessária uma atenção especial das redes de ensino no momento de transição entre os ciclos, uma vez que governos estaduais e municipais dividem, em geral, a responsabilidades pela oferta e qualidade dos anos finais¹¹.

• **Ensino Médio**

As **principais desigualdades educacionais estão, sem dúvida, no ensino médio**. Ao racializarmos essas desigualdades, muitos dos avanços conquistados no ensino fundamental, são perdidos, sobretudo em termos de aprendizado. A Meta 3 do PNE trata especificamente do ensino médio e tinha como objetivo universalizar, até 2016, o acesso escolar para toda a população entre 15 e 17 anos (frequência bruta), bem como, ampliar a taxa líquida de matrícula para 85%. A Tabela 6, mostra avanços e caminhos a percorrer em relação à equidade racial. Considerando jovens pretos na faixa etária entre 15 a 17 anos, ao longo de quase dez anos, aumentou em pouco mais de 9 pontos percentuais a proporção que conseguiu acessar a escola.

Analisando a frequência líquida, os resultados são mais preocupantes. A cada dez jovens de 15 a 17 anos pretos e pardos, em média, três não frequentavam o ensino médio, ou seja, estavam em defasagem escolar, ainda no ensino fundamental ou, simplesmente, estavam fora da escola. Entre os jovens brancos, dois em cada dez não frequentavam a escola na etapa correspondente à faixa etária esperada. Ainda assim, os avanços nos últimos oito anos são evidentes: um aumento de quase vinte pontos percentuais na frequência de estudantes pretos no ensino médio na idade correta e uma redução na diferença entre grupos de 8,8 pontos percentuais entre brancos e pretos.

Tabela 6: Taxas de frequência escolar (em %) a estabelecimentos de ensino da população de 15 a 17 anos por cor/raça, 2012 e 2020.

Freq. Escolar	Grupos	2012	2020	Variação em p.p.	Diferença entre grupos brancos e pretos		
					Início do período, em p.p.	Final do período, em p.p.	Variação da diferença entre grupos, em p.p.
Bruta	Brasil	88,6	95,4	6,8	3,9	0	-3,9
	Pretos	86,2	95,4	9,2			
	Pardos	87,7	93,7	6			
	Branços	90,1	95,4	5,3			
Líquida	Brasil	61	75,4	14,4	19,4	10,6	-8,8
	Pretos	50,9	70,8	19,9			
	Pardos	55,4	71,8	16,4			
	Branços	70,3	81,4	11,1			

Nota: Dados referentes às zonas rurais e urbanas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados tabulados pelo Todos pela Educação referentes às Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016-2020).

A diferença racial no acesso ao ensino médio reflete-se também nas taxas de conclusão. Dados do Anuário da Educação Básica para 2020 mostram que a **diferença na proporção de jovens que concluem o ensino médio na idade esperada** – 19 anos – oscilou entre 15 e 18 pontos, favorável aos brancos, respectivamente, em relação aos jovens pardos e pretos¹². Como resultado, **essas desigualdades de trajetória se traduzem nos maiores desafios no ensino médio: a qualidade do aprendizado.**

Entre 1995 e 2017, a avaliação por nível de proficiência em Matemática apresentou redução para todos os grupos raciais chegando a 12 pontos para jo-

vens pretos, quatro vezes superior à redução entre jovens brancos (Tabela 7). As diferenças são também marcantes entre grupos, a distância entre brancos e pretos aumentou sensivelmente, cerca de 9 p.p., no período analisado.

Tabela 7: Proficiência média no 3º ano do ensino médio por cor/raça, 1995 e 2017.

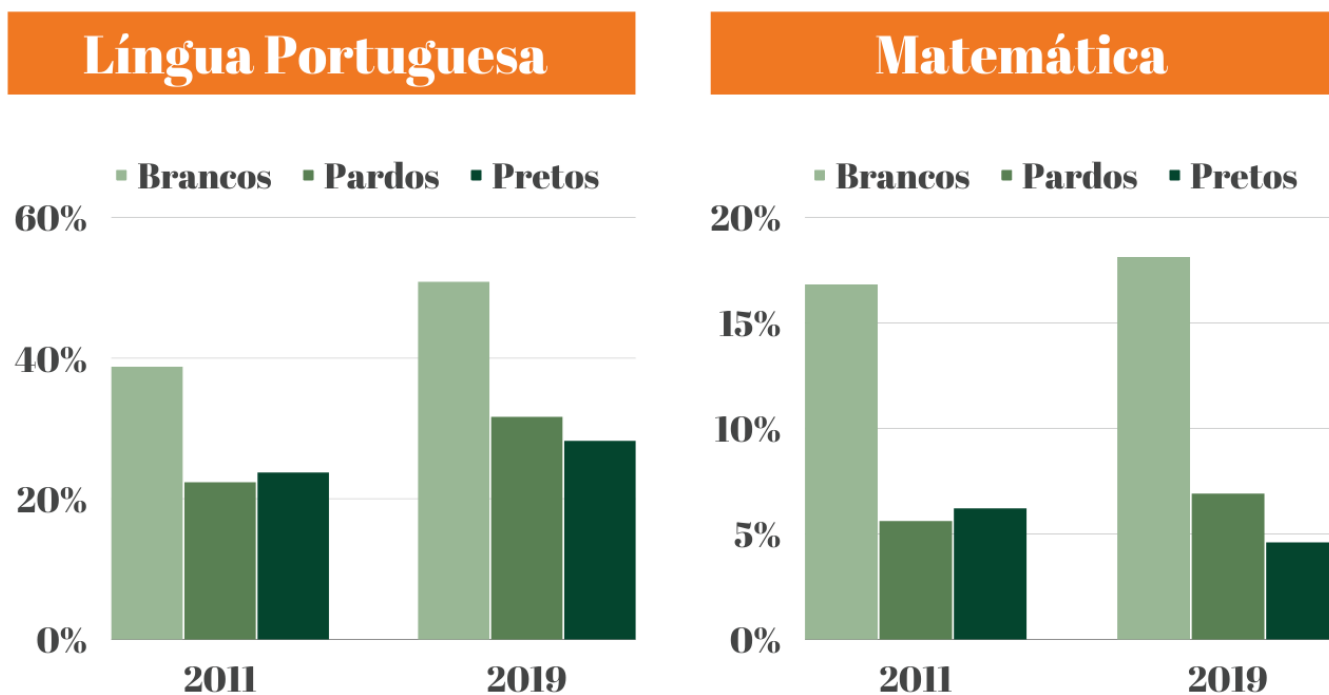
Freq. Escolar	Grupos	1995	2017	Variação em p.p.	Diferença entre grupos brancos e pardos		Variação da diferença entre grupos, em p.p.
					Início do período, em p.p.	Final do período, em p.p.	
Matemática	Brasil	282	270	-12	21,7	30,6	8,9
	Pretos	268,1	257,2	-11,9			
	Pardos	269,2	263,3	-5,9			
	Brancos	290,8	287,8	-3			

Fonte: Microdados SAEB (Mec/Inep). Elaboração própria

Asituação no ensino médio é, comparativamente aos anos iniciais e finais do ensino fundamental, muito mais grave (Gráfico 9), sobretudo em Matemática. De um lado, os avanços entre 2011 e 2019, entre grupos e intra grupos são marginais. A diferença entre brancos e pretos que era de 10,6 p.p. em 2011 aumentou para 13,5 p.p. em 2019. Em Língua Portuguesa, apesar de maior crescimento, em média, apenas 3 em cada 10 alunos negros (incluindo autodeclarados pretos e pardos) alcançaram nível de aprendizagem adequada. **A urgência de políticas públicas racializadas e específicas para o ensino médio é evidente.**

Gráfico 9: Proporção de alunos com nível de aprendizado adequado no ensino médio, por disciplina e cor/raça, 2011 e 2019

3ª série do Ensino Médio



Fonte: Todos pela Educação. (2021). Aprendizagem na Educação Básica.

O abandono escolar, que tem início, ainda no ensino fundamental, se agrava no ensino médio. Dados da PNAD Contínua da Educação em 2019, mostravam que dos **10,1 milhões de jovens entre 14 e 29 anos que não frequentavam a escolar, 71,7% eram negros**. As maiores taxas de abandono acontecem a partir dos 16 anos: 19,4% entre brancos e 17% entre negros. Ao analisarmos o comportamento por idade e raça/cor, um dado curioso: enquanto a tendência é de queda na taxa de abandono para jovens brancos, o ápice do abandono escolar entre jovens negros acontece aos 19 anos (ou mais): 19,2% deles abandonaram a escola antes de concluir o ensino médio. Por que esses movimentos ocorrem? Para onde vão esses jovens e porque essa tendência tardia em abandonar a escola? Há uma tentativa de permanência na escola, apesar dos incentivos de uma entrada precoce no mercado de trabalho e da falta de interesse na escola, como destacado anteriormente?

• Educação de Jovens e Adultos (EJA)

No Brasil, em 2020, havia mais de 3 milhões de estudantes que frequentavam a Educação de Jovens e Adultos, considerando ensino fundamental e médio¹³. Em números relativos, essas **pessoas autodeclaradas pretas e pardas somavam quase metade das matrículas, 49,1%, percentual mais que três vezes superior ao número de estudantes brancos**, 15,1% (Tabela 8). A tendência histórica no ensino fundamental também se mostra desfavorável para o grupo autodeclarado pardo, com um aumento de 16 pontos percentuais nas matrículas entre 2007 e 2020. Os desafios se exacerbam no ensino médio, com um crescimento de vinte pontos percentuais nas matrículas de estudantes autodeclarados pardos na EJA, comparativamente aos brancos. Em ambas as etapas, tal crescimento parece ser devido ao aumento nos percentuais de auto declaração. Contudo são necessárias análises específicas para identificar as tendências nas taxas de matrícula por cor/raça.

Tabela 8: Taxas de frequência bruta na EJA, por etapa escolar, segundo cor/raça, 2007 e 2020.

Categorias	Grupos	2007	2020	Variação em p.p.	Diferença entre grupos brancos e pardos		Variação da diferença entre grupos, em p.p.
					Início do período, em p.p.	Final do período, em p.p.	
Ensino Fundamental	Brasil	100	100				
	Pretos	4	5,7	1,7			
	Pardos	24,4	43,4	19			
	Branco	12,3	15,1	2,8	-12,1	-28,3	-16,2
	Amarelos e Indígenas	0,7	1,3	0,6			
	Não declarados	58,6	34,5	-24,1			

Categorias	Grupos	2007	2020	Variação em p.p.	Diferença entre grupos brancos e pardos		Variação da diferença entre grupos, em p.p.
					Início do período, em p.p.	Final do período, em p.p.	
Ensino Médio	Brasil	100	100		1	-19	-20
	Pretos	2,8	6,2	3,4			
	Pardos	15,6	39,6	24			
	Branços	16,6	20,6	4			
	Amarelos e Indígenas	0,4	0,8	0,4			
	Não declarados	64,6	32,8	-31,8			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Escolar (INEP), disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>.

Apesar dos avanços na redução do número de matrículas, a desvantagem de pessoas pretas e pardas permanece em relação às brancas. Mas qual o papel da EJA a partir de uma política de universalização da educação básica? Um estudo identifica dois movimentos, oriundos da universalização da educação básica no Brasil: a juvenilização e o enegrecimento da EJA. Segundo a autora, o enegrecimento da EJA¹⁴, como a Tabela 8 parece nos mostrar, é fruto das **trajetórias irregulares desiguais (reprovação, abandono e evasão) entre estudantes brancos e negros**, sobretudo jovens negros que vivenciam processos desiguais desde a pré-escola.

Por fim, destaca-se a (ainda persistente) dificuldade na coleta da variável cor/raça nos instrumentos de pesquisa do INEP¹⁵. Comparando-se os indicadores de 2007 e 2020, nota-se uma queda nos percentuais de não resposta, 24,1% e 31,8%, respectivamente, no ensino fundamental e no ensino médio. Contudo, a proporção de não declarados ainda se mantém na casa dos dois dígitos, equivalente a um terço dos estudantes matriculados, em ambas as etapas escolares. Para fins de formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais, **é urgente garantir a melhora na produção e coleta de dados de cor/raça nas bases de dados educacionais**.

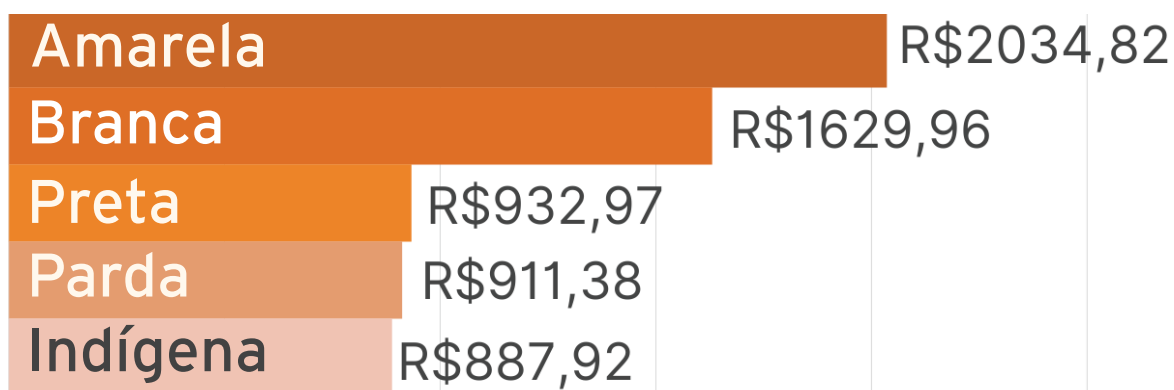
• Renda e Pobreza

Considerando que o Brasil passa por um agravamento de sua situação socioeconômica desde 2015, observa-se aumento da informalidade no mercado de trabalho e do desemprego, com o **lógico crescimento da pobreza e da fome**. Ao mesmo tempo que aprofundou-se a austeridade fiscal e, assim, a redução dos mecanismos estatais para combater a vulnerabilidade da população¹⁶.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - é uma pesquisa amostral do IBGE e "avalia as estruturas de consumo, de gastos, de rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias, oferecendo um perfil das condições de vida da população a partir da análise dos orçamentos domésticos" [POF/IBGE]. Assim, oferece um diagnóstico sobre renda e qualidade de vida dos brasileiros e preenche o vácuo de dados entre os Censos.

A renda per capita média mensal encontrada na edição 2017-2018 foi de R\$1.192,39, mas, quando recortado para a população negra (pretos e pardos), a média cai para R\$914,86, e para mulheres negras R\$906,08. Ou seja, existe uma **defasagem de renda média para pessoas negras (- R\$277,53) com relação às pessoas brancas**, sendo as mulheres negras aquelas em maior desvantagem. O gráfico 10 mostra a renda per capita média por raça/cor informada.

Gráfico 10 - Renda per capita média por raça/cor



Em todas as regiões e em todos os estados a renda média per capita de pessoas negras foi menor do que a média geral. A região Sul é a de maior defasagem (- R\$391,36) e o DF é a unidade da federação mais desigual (- R\$454,81) em termos absolutos (gráficos 11 e 12).

Gráfico 11 - Defasagem de renda para a população negra por estado

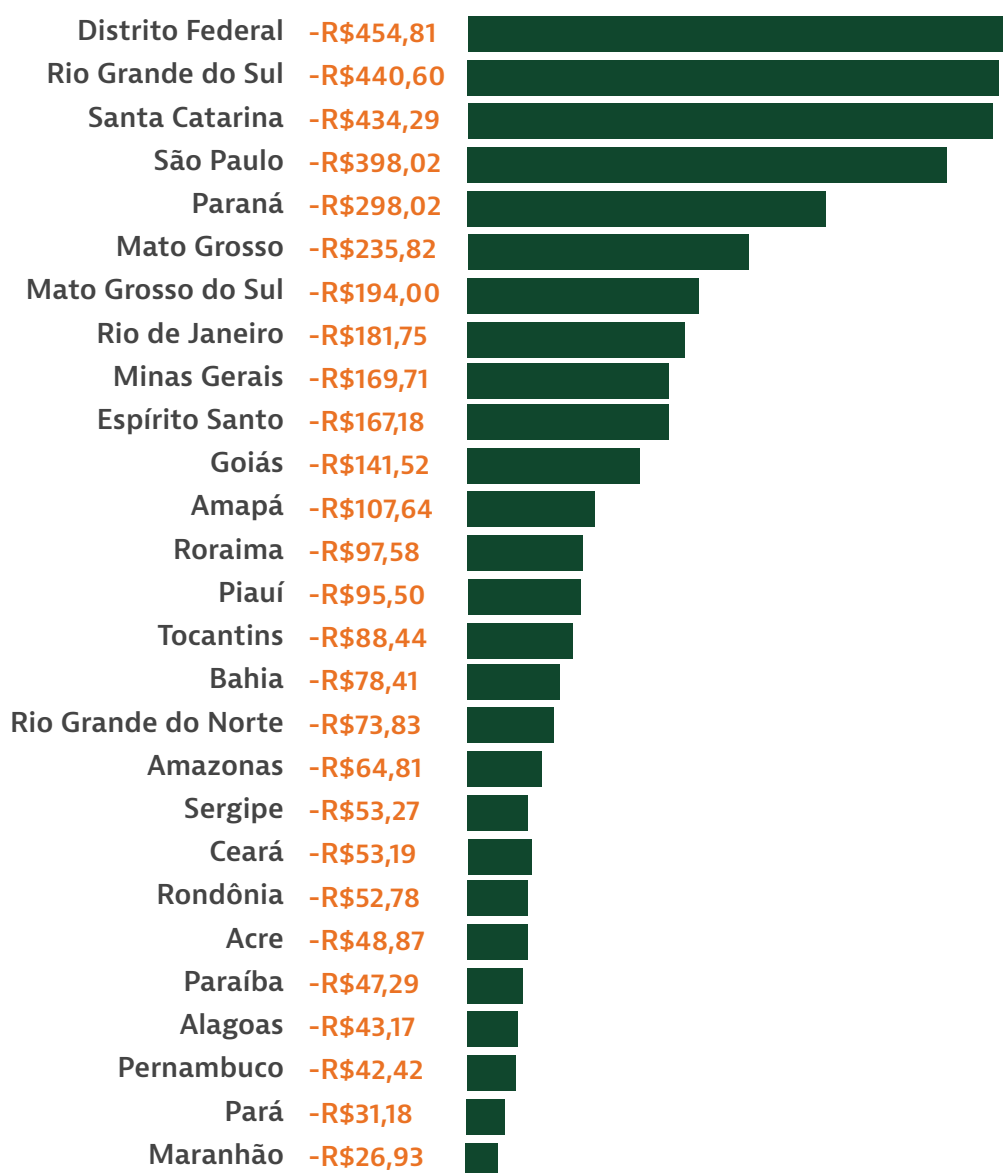
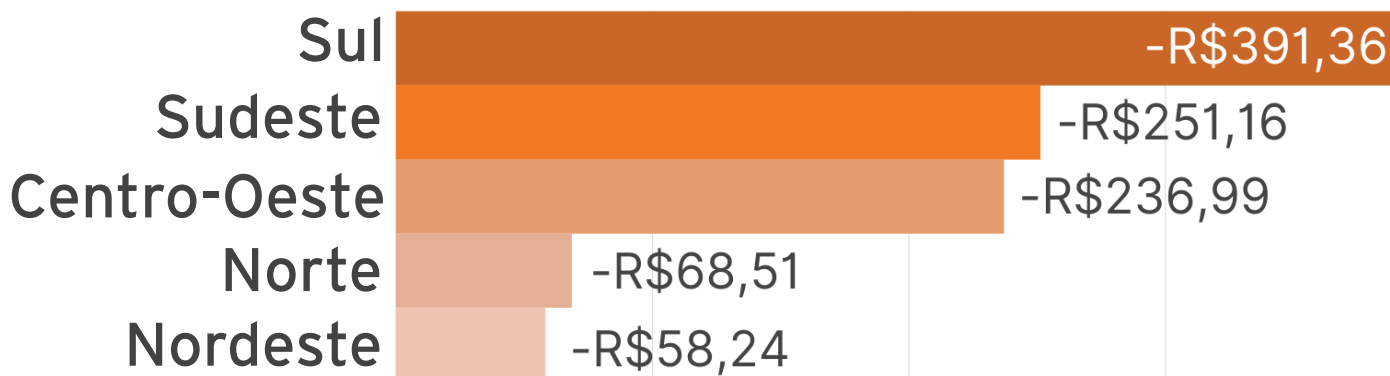


Gráfico 12 - Defasagem de renda para população negra por região



Quando recortado para mulheres negras, essa defasagem média de renda é ainda maior (- R\$282,28). Nos gráficos 13 e 14 podemos comparar essa defasagem por unidades da federação e por regiões.

Gráfico 13 - Defasagem de renda por região para mulheres negras

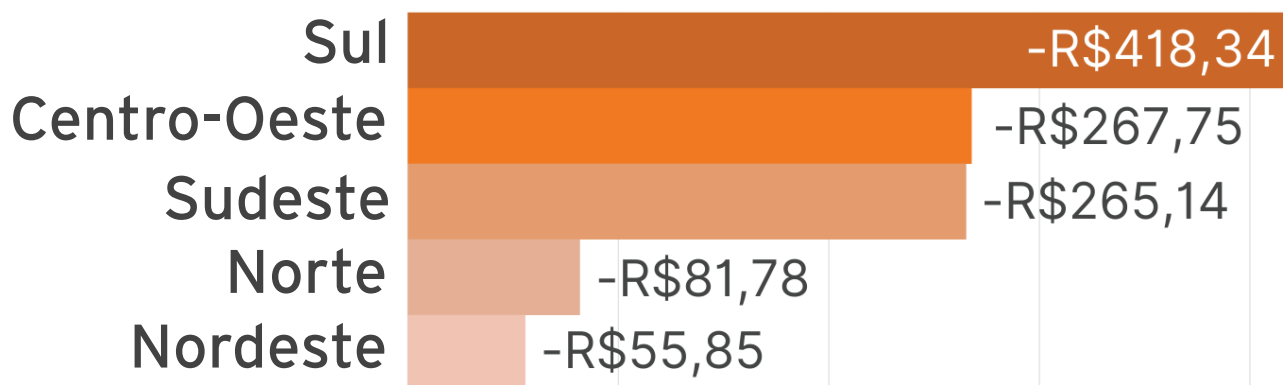
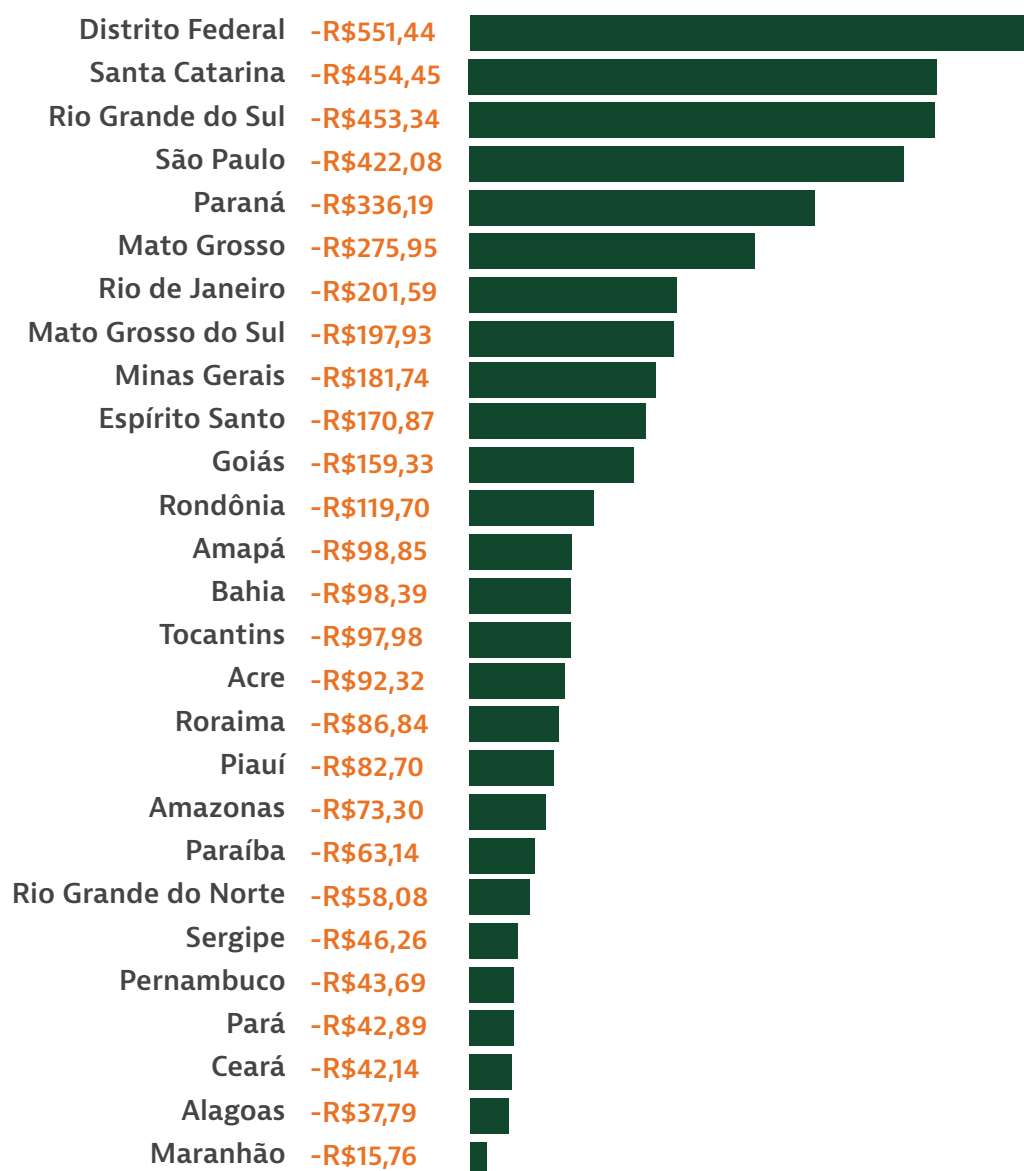
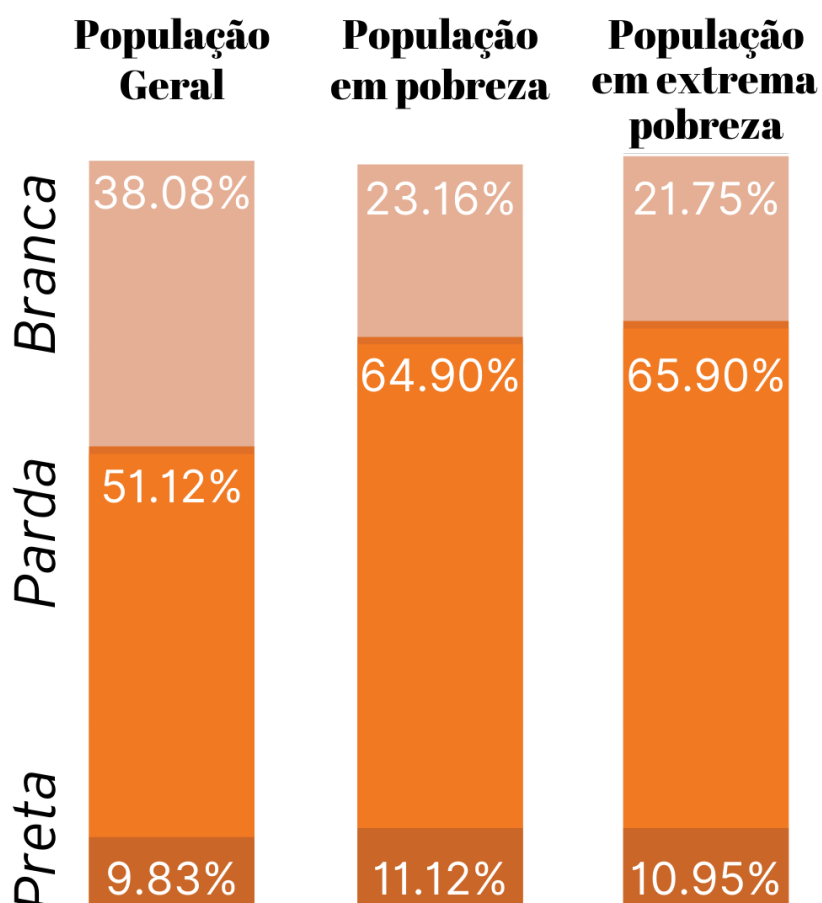


Gráfico 14 - Defasagem de renda por estado para mulheres negras



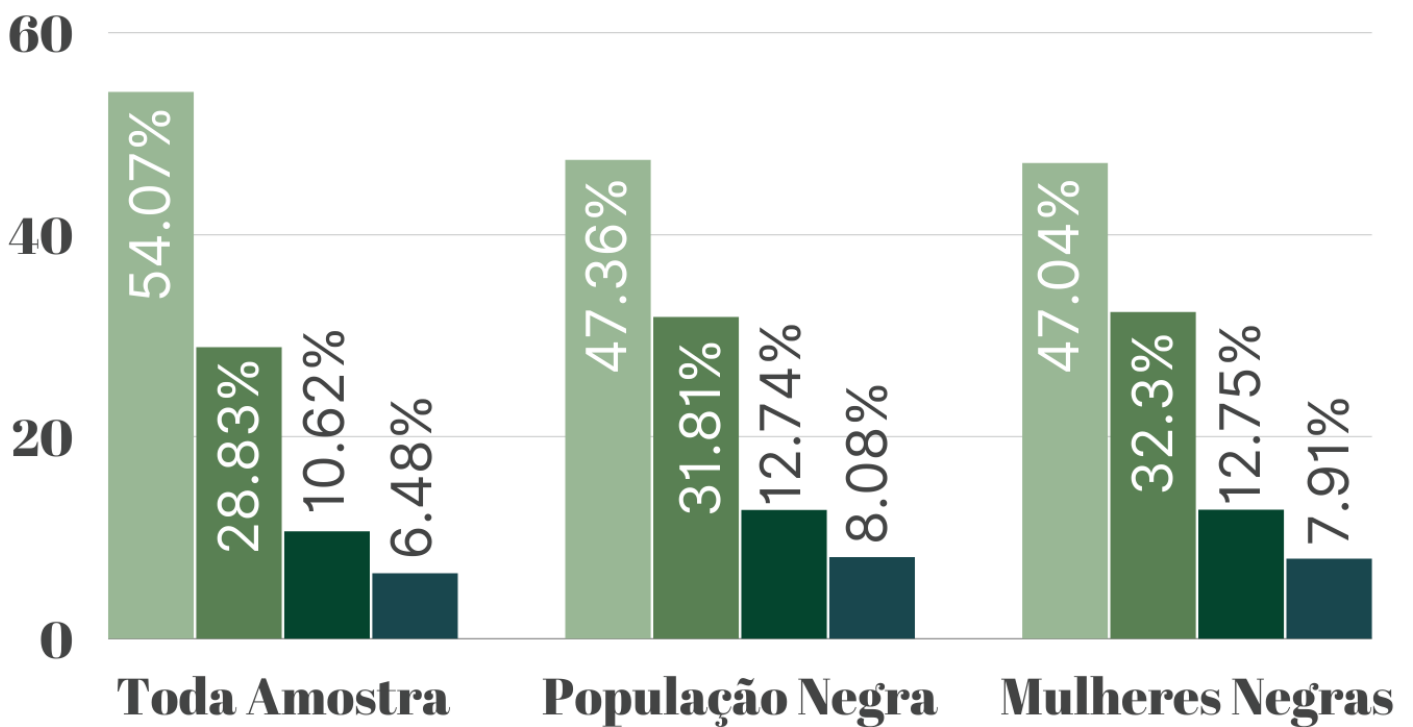
Há também maior prevalência de pessoas negras em situação de extrema pobreza (renda familiar per capita de até R\$89,00) e pobreza (até R\$178,00). Pessoas negras representam 61% da amostra, quando recortado para pessoas em situação de pobreza esse percentual sobe para 76% e em extrema pobreza vai para 77%. A pobreza que assola desproporcionalmente os grupos racializados no Brasil coloca as famílias negras em situações desumanas em diversas outras esferas da vida: insegurança alimentar, habitação de risco, mortalidade por causas evitáveis e tantas outras. Considerando a precariedade do sistema público de proteção social brasileiro, **acesso à renda é elemento determinante na qualidade de vida no Brasil**. A política de assistência social, alvo histórico de sucateamento, marcada por hiper focalização e ainda frequentemente regida pela lógica do favor e do clientelismo, não têm conseguido dar conta da insegurança de renda da população negra no Brasil, o primeiro grupo a ser expulso do mercado de trabalho em qualquer crise econômica.

Gráfico 15 - Distribuição de pessoas por raça/cor e situação de pobreza e extrema-pobreza



Nesta edição da POF, foi aplicado um formulário para entender a situação da Segurança Alimentar dos domicílios entrevistados. Cada domicílio, de acordo com as respostas, é classificado, segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), em quatro categorias (segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave). Nota-se que a **prevalência de pessoas em insegurança alimentar (leve, moderada e grave) é maior para pessoas negras** (não há diferenças significativas entre este grupo e o de mulheres negras).

Gráfico 16 - Distribuição de pessoas por níveis de insegurança alimentar (EBIA)



- **Segurança Alimentar**
- **Insegurança Leve**
- **Insegurança Moderada**
- **Insegurança Grave**

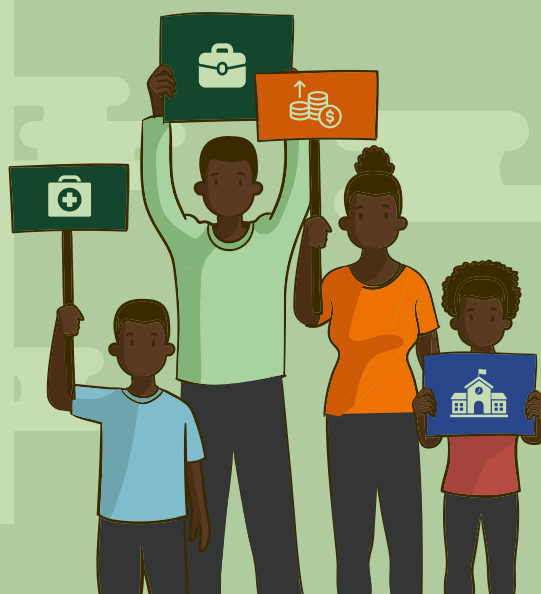
O aumento da pobreza no Brasil reflete a interseccionalidade das desigualdades no país: as desigualdades raciais, regionais e de gênero são congruentes. Em geral, as mulheres negras são mais vulneráveis à pobreza, devido ao caráter estrutural do sexismo e do racismo no Brasil. **As famílias chefiadas por mulheres, e em particular as chefiadas por mulheres negras, perderam mais renda do que quaisquer outras famílias durante o momento mais crítico da pandemia em 2020** e estão se recuperando mais lentamente¹⁷.

Transferências de renda, como o auxílio emergencial implementado no começo da pandemia, são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade da população negra à pobreza e à extrema pobreza¹⁸. É fundamental compreender que os efeitos de maiores índices de pobreza para as mulheres negras não se restringem somente a elas: a pobreza na família pode se perpetuar ao longo dos anos, afetando a vida de seus filhos, aumentando as chances de evasão escolar e trabalho infantil. É urgente a implementação de políticas públicas voltadas à recuperação econômica e segurança alimentar das **famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras, das quais 63% estão abaixo da linha da pobreza, em contraposição a 39,6% das casas chefiadas por mães solo brancas.**

O que sabemos sobre a população negra no Brasil?

O acesso da população negra aos **direitos e políticas sociais** no Brasil é profundamente marcado pelo **racismo**

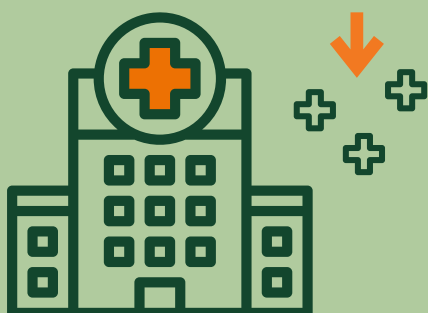
As **desigualdades raciais** se expressam em diversas esferas e se refletem na **qualidade de vida precária** e na **desproteção do Estado**, como pode ser observado analisando indicadores de saúde, segurança pública, pobreza, violência e educação.



Onde está o problema e qual é a sua dimensão?

Saúde

O racismo impõe condições distintas e desiguais de acesso à saúde para os grupos racializados.



- **65%** dos óbitos maternos em 2018 foram de mulheres negras
- **32%** das gestantes negras tiveram menos de 6 consultas de pré-natal, mas para as brancas o percentual se reduz quase pela metade, 18%
- A população **mais afetada** pela sífilis é a das mulheres negras e jovens, na faixa etária de 20 a 29 anos.
- Entre 2011 e 2020, a população negra apresentou a maior prevalência de casos de tuberculose, variando de **60% a 67%** dos casos

Onde está o problema e qual é a sua dimensão?

(cont.)

Mercado de Trabalho

O **racismo estrutural** continua segregando a população negra do mercado de trabalho no Brasil.



- Remuneração mais baixa;
- Sobrerrepresentação em cargos com baixo prestígio social;
- Sub representação em cargos de decisão e liderança;
- Acesso desigual à oportunidades de ascensão profissional;
- Maioria no mercado de trabalho informal, sem acesso a direitos trabalhistas e mais expostos à precariedade de vínculos instáveis.

Os dados revelam a urgência da necessidade de políticas públicas que garantam acesso e **permanência digna no mercado de trabalho formal** para pessoas negras como **instrumento essencial para assegurar cidadania**.

Segurança

Os dados de segurança pública expressam a **brutalidade do abismo racial entre brancos e negros no Brasil**, revelando as faces mais violentas e letais do racismo brasileiro.



- Femicídio de mulheres negras aumenta, enquanto o de mulheres brancas cai;
- Pessoas negras são maioria entre as vítimas de mortes violentas.



A política de segurança pública urbana brasileira funciona a partir de uma **lógica de morte** que tem a juventude negra como alvo principal e a maior incidência de mulheres negras entre as vítimas de feminicídio revela que as **mulheres negras têm mais dificuldade de acessar os recursos de proteção social** do Estado que a rede de enfrentamento à violência contra a mulher oferece.

Onde está o problema e qual é a sua dimensão?

(cont.)

Educação

Raça é um fator decisivo para determinar o acesso a uma série de direitos sociais no Brasil. Analisar as desigualdades raciais a partir da perspectiva educacional nos mostra que:



- A % de jovens pretos que concluíram o ensino fundamental é cerca de 10 pts inferior a dos jovens brancos
- Maioria entre os estudantes em defasagem escolar
- Menor desempenho e maioria entre vítimas de evasão escolar

- Crianças pretas e pardas têm **menores oportunidades de acessar espaços escolares**



- A qualidade da educação recebida também **varia de acordo com a raça.**

Essa desigualdade **restringe acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho no futuro** e contribui para perpetuar a **pobreza transgeracional**



Pobreza e renda

A população negra é a primeira a ser expulsa do mercado de trabalho em qualquer crise econômica e convive com a fome e com a pobreza sistematicamente.



- A renda média per capita de pessoas negras é **R\$277,53** menor do que a população branca
- Maior prevalência de pessoas negras em situação de **extrema pobreza e insegurança alimentar**
- **63%** das famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza



- 1 IPEA. 2019. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad contínua. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf
- 2 Rosemberg, F. (1998). Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas, 5, 73-93. Org: Groppa Aquino. Summus Editorial.
- 3 Silveira, L. S., & Leão, N. S. (2020). O impacto da segregação ocupacional por gênero e raça na desigualdade de renda no Brasil em três décadas (1986-2015). Revista Latinoamericana de Población, 14(27), 41-76.
- 4 Barros, Surya Pombo de. "Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX." Educação e Pesquisa 42 (2016): 591-605.
- 5 Colistete, Renato Perim. O atraso em meio à riqueza: uma história econômica da educação primária em São Paulo, 1835 a 1920. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, 2016.
- 6 Fonte: Dados sobre famílias chefiadas por mulheres negras: 38,1% da população pobre é composta por mulheres negras.
- 7 Fonte: Comitê do Núcleo Científico Pela Infância. (2021) Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância, Estudo VII, São Paulo, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
- 8 Fonte: Todos pela Educação. (2021). Anuário Brasileiro da Educação Básica, Editora Moderna. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf.
- 9 O termo "coortes" é utilizado para fazer referência aos alunos que estão na mesma série e no mesmo ano. Por exemplo, alunos da 3ª série no ano de 2015 são da mesma coorte, enquanto que alunos da 3ª série no ano de 2016 são de uma outra coorte
- 10 Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf
- 11 A título de exemplo, a distribuição de matrículas nos anos finais do ensino fundamental no estado do Rio de Janeiro entre as redes estadual e municipal é de, respectivamente, 19,4% e 52,3%. Assim, a cada 10 alunos matriculados, 2 estão em escolas estaduais e 5 estão matriculados em escolas da rede municipal. Fonte: Todos pela Educação. (2021). Anuário Brasileiro da Educação Básica, Editora Moderna. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf.
- 12 Fonte: Todos pela Educação. (2021). Anuário Brasileiro da Educação Básica, Editora Moderna, p.43.
- 13 Em 2007, havia 5.034.606 matrículas na EJA ensino fundamental e médio (Censo Escolar, INEP).
- 14 Teixeira, Eliana de Oliveira. "Juvenilização e enegrecimento da EJA: subproduto das políticas de universalização da educação básica." (2019).
- 15 Maiores detalhes sobre a produção de dador de cor/raça nos instrumentos do INEP: Senkevics, A. S., de SantAnna Machado, T., & de Oliveira, A. S. (2016). A Cor ou Raça nas Estatísticas Educacionais. Textos para discussão, (41), 52-52.
- 16 Dweck, E., P. Rossi and A. L. M. Oliveira. "Economia pós-pandemia: Desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico". 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- 17 Fares, L. S., A. Oliveira, L. Cardoso, and L. Nassif-Pires. 2021. "As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a pandemia sob a perspectiva de gênero." Nota de Política Econômica nº 006. Centro de Macroeconomia das Desigualdades. MADE/USP.
- 18 Nassif-Pires, L., Cardoso, L., and Oliveira, A.L., 2021. "Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do auxílio emergencial na pobreza e na extrema pobreza". Nota de Política Econômica nº 010. Centro de Macroeconomia das Desigualdades. MADE/USP.